

Entre o Ouro e a Miséria: O desenvolvimentismo e suas representações

ELIENE DIAS DE OLIVEIRA¹

HELOÍSA HELENA P. CARDOSO²

RESUMO: Este artigo faz parte dos resultados parciais de um estudo que tenta compreender a política desenvolvimentista e suas diversas possibilidades de representação, na cidade de Uberlândia-MG, no período compreendido entre 1950 e 1970. Esta análise se constroeu, principalmente, a partir do *corpus* documental de dois importantes jornais locais da época, *Correio de Uberlândia* e *O Repórter*, e das atas da Associação Comercial de Uberlândia _ACIUB_ durante o período em estudo.

ABSTRACT: This article is part of the partial results of a study whom tries to understand the developmentist politics and its several possibilities of representations, in the city of Uberlândia-MG, between the years 1950 and 1970. This analysis builds itself, principally, from the documental “*corpus*” of the important local newspapers of this epoch, “Correio de Uberlândia” and “O Repórter”, and the records of the Comercial Association of Uberlândia (Associação Comercial de Uberlândia _ACIUB), between these years.

¹ Graduanda em História e bolsista CNPq/UFU, Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, Rua Miguel Rocha dos Santos, 366, Br. Santa Mônica, CEP: 38.408-190, email: pokahontas02yahoo@.com

² Doutora em História Econômica pela FFLCH/USP, professora do Instituto de História e do Programa de Mestrado em História da Universidade Federal de Uberlândia, Av. João Naves de Ávila, nº 2.160, CEP: 38.408-100, email: cochi@ufu.br

PALAVRAS-CHAVE: Representações, Desenvolvimentismo, política. Representation, Developmentis, politics.

INTRODUÇÃO

A imprensa não veicula a verdade absoluta ou o retrato de uma única versão possível de um acontecimento histórico. Até porque não existe nenhuma produção neutra, existem sim representações do real, retratadas segundo concepções e interesses direcionados .

E se durante muito tempo os historiadores de formação positivista a desprezaram enquanto documento, considerando-a “pouco confiável”, devido à carga de subjetividade inerente a ela, hoje seu uso se faz sobretudo devido a essa subjetividade que a caracteriza, principalmente pelo seu caráter de formadora de opinião.

A utilização da imprensa como fonte de pesquisa exige determinados cuidados metodológicos, que nos possibilitem ultrapassar a aparência da

impessoalidade da matérias, que dissimula sujeitos e interesses particulares:

“Sendo porta-voz de interesses muito objetivos de classes sociais ou frações de classes sociais, ela procura formular para toda a sociedade uma determinada visão de mundo, tentando generalizar para o conjunto da nação, interesses específicos da classe que representa”. (VIEIRA, 1984, P.49)

Renée Barata Zieman (1985) esclarece como, até 1945/50, a imprensa no Brasil foi caracterizada por pequenas empresas, com capitais e negócios limitados, primando sempre por suas posições políticas, constituindo a chamada “Imprensa de Opinião” . Este tipo de imprensa tinha características claramente políticas e apaixonadas, ultrapassando o papel de “espelho de realidade” e colocando-se como um instrumento ativo de opinião pública.

Já a partir de 1950, o “Jornal de

Opinião” vai sendo substituído pela “Imprensa de Informação”, negando as características políticas e ideológicas tão marcantes na imprensa do período anterior. A posição crítica vai sendo substituída pela pretensa objetividade. É essa perspectiva de imprensa que foi percebida neste trabalho. Uma mostra disto está no jornal *Correio de Uberlândia* (04/02/54, p.01), ao tentar expressar sua posição frente à política da cidade:

“O CORREIO DE UBERLÂNDIA não é um jornal udenista, isto é, não pertence à UDN. Ele é propriedade de um grupo de pessoas desta cidade, na sua quase totalidade filiadas à UDN, mas não tem compromissos incondicionais com essa corrente política.

Pertencentes a pessoas filiadas a esse partido, dirigido por pessoas de tendências udenistas, não está obrigado a fazer a política do partido e mantém, como sempre manteve, uma linha de conduta independente, criticando aquilo que reputa errado, mesmo quando parte desse partido, a que não deve obediência.

Aproxima-se a campanha política municipal e a estadual. Por isto mesmo entendemos ser oportuno esclarecer mais uma vez nossa atitude, para que

não haja mal entendidos decorrentes de nossos comentários”.

Apesar de afirmações como esta, a “neutralidade” ou a “imparcialidade” nunca estiveram presentes nas matérias publicadas pelos jornais. Ao contrário, a seletividade da informação e seu cunho social transformavam as opiniões veiculadas em interpretações de consenso geral, anulando as divergências e as expressões de classe que elas significavam.

Assim, ao abordar os jornais uberlandenses, *Correio de Uberlândia* e *O Repórter*, percebe-se que ambos tendem a uma linha conservadora. Porém, mesmo que estes expressem uma consonância com os ideais desenvolvimentistas em voga à época, há graus diferentes de cumplicidade dos jornais em relação ao governo.

Durante todo o período estudado, nota-se que, paralelamente às apologias ao desenvolvimentismo, há também a incidência de notícias retratando vários problemas sociais presentes neste

período. Isso ocorre em maior grau no jornal *O Repórter*, mas não chega a caracterizar uma oposição definida ao governo e a seus projetos. Até porquê não se tem uma crítica direta à causa maior destes problemas, ou uma relação destes com as lacunas da política desenvolvimentista.

Ao lado disso, percebemos uma articulação dos empresários de Uberlândia no sentido de viabilizar um projeto de desenvolvimento e expansão para a cidade. Seja se articulando a políticos influentes, seja controlando os meios de comunicação, na perspectiva de construir uma imagem de cidade progressista e ordeira, portanto propícia a investimentos, esses grupos sociais não se constituíram em segmentos amorfos ao projeto que então se desenrolava.

O pensamento e as ações do empresariado foi resgatado através de sua Associação, tomando como documentação básica as atas de reuniões. Embora nelas os sujeitos e os interesses

estejam socialmente identificados, a mesma preocupação metodológica que assumimos frente aos jornais se mantém. Aqui também o discurso é construído em um universo ideológico que visa concretizar valores universais, como se não vivêssemos em uma sociedade pautada por interesses divergentes.

Desenvolvimentismo: não mais criar a Nação; é hora de desenvolvê-la.

O ponto de partida para a compreensão da política desenvolvimentista são as políticas de planejamento que se transformaram na tônica das propostas governamentais pós-45. O Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), do Governo Dutra, inaugurou a fase do planejamento sistematizado. Minas Gerais conheceu, nesta época, o Plano de Recuperação Econômica e Fomento à Produção, no Governo Milton Campos, que tinha como objetivos uma

industrialização sólida e uma agricultura próspera. Essa política de planejamento no Estado tem continuidade no binômio Energia e Transportes de Juscelino Kubitschek, considerados setores prioritários, uma vez que a falta de uma infra-estrutura adequada estaria prejudicando a concretização da industrialização no Estado.

Dessa forma, não se pode restringir a política desenvolvimentista ao Governo de JK. Ele apenas dinamizou um processo que já tinha lançado suas bases nos governos anteriores. Por outro lado, essa política segue até a década seguinte, ainda que num outro contexto e sob os auspícios da ditadura. Mas, por não ser proposta deste artigo adentrar o período ditatorial, esta análise é limitada ao período das décadas de 50 a 70, considerando-o o período mais expressivo da política desenvolvimentista no Brasil.

A prática política do planejamento assume a sua forma mais acabada com o

Plano de Metas, cujo slogan “50 anos em 5” simboliza o caminho que o Brasil deveria seguir a partir de sua implantação, ou seja, o de mudanças aceleradas, capazes de transformar o perfil do país com a industrialização e a modernização a curto prazo.

Porém, a fase de transição do governo de Getúlio Vargas para o governo de Juscelino Kubitschek não representou uma grande ruptura no cenário político brasileiro. Representou mais a continuação de um bloco partidário formado pelo PSD-PTB no Congresso e de um projeto desenvolvimentista baseado na consolidação da infra-estrutura voltada para a industrialização. Até a década de 50 o nacionalismo justificava o projeto de construção da “nação”. Após 50, o discurso nacionalista é suplantado pelo desenvolvimentista, em uma fase em que a conjuntura internacional já propiciava um capital disponível a investimentos. Não se tratava mais de criar a nação; sim, desenvolvê-la.

Dessa forma, o governo JK, inserido nesse contexto, ficou marcado pela obstinação em implementar seu Plano de Metas, pela sua política de conciliação entre os empresários e as classes populares, e pelo seu desejo de construir uma capital federal localizada no Planalto Central. O Plano de Metas tinha como prioridade os setores de energia, transportes, indústrias de base e de alimentação. A Operação Nordeste aparece como meta-especial e a construção de Brasília como meta-síntese.

Numa análise parcial, pode-se dizer que o Plano de Metas de JK foi bem sucedido. O governo conseguiu consolidar a infra-estrutura, a estrutura energética, de transportes e de insumos básicos no país, implantando novos setores da indústria pesada e aliviando a importação desses itens. Também a construção de Brasília aparece como um sucesso do governo JK, sendo esta inaugurada em 1960.

A associação do

desenvolvimentismo com a modernização também tem sido destacada pela historiografia:

“Período fundamental da história brasileira no século XX, o governo do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-61) é considerado como ápice do modelo nacional desenvolvimentista adotado pelo país a partir da década de 30. Caracterizado como um momento de estabilidade política e de prosperidade econômica, os anos JK, como ficaram conhecidos, foram associados às imagens otimistas do Brasil como “país do futuro”. (FONTES, 1999, P.147)

O entusiasmo popular com a vitória na Copa do Mundo de Futebol na Suécia, em 1958, e o surgimento de fenômenos culturais de repercussão internacional, como a Bossa Nova e o Cinema Novo, contribuíram para a idéia dos “anos dourados” brasileiros. O slogan governamental “50 anos em 5”, a instalação da indústria automobilística e a construção de Brasília seriam os símbolos desse período de suposta felicidade da história nacional.

Porém, um outro aspecto a ser abordado, quando se trabalha a política

desenvolvimentista de JK, é o seu reflexo na vida das camadas populares. Percebe-se claramente uma contradição entre a política desenvolvimentista do Estado e as reais necessidades da população. Nota-se um descompasso crescente entre o crescimento industrial, tão aplaudido pela historiografia sobre o período, e os problemas sociais existentes.

A historiografia que trabalha sobre o período em questão é extremamente vasta, sendo que a temática do desenvolvimentismo aparece como privilegiada em grande parte dos trabalhos.

Deixando o viés do desenvolvimento e da modernização do país, muito pouco se sabe sobre aqueles a quem o desenvolvimentismo mais atingiu, as camadas populares. O porquê dessa omissão pode parcialmente ser explicado pela relação construída entre memória/história, muitas vezes percebida como algo único.

Se uma dada memória registrou o

otimismo e a punjância, outras registraram os efeitos das políticas de tabelamento e congelamento no cotidiano da população. Não ter produtos básicos de alimentação para comprar, enfrentar a alta dos preços com o câmbio negro, resultaram em inúmeras reportagens nas revistas e jornais da grande imprensa nacional. Da mesma forma, os problemas com moradia, ausência da infra-estrutura básica, deficiência do transporte coletivo, entre outros, indicam-nos que os discursos e as ações que caracterizavam o desenvolvimentismo têm um conteúdo de classe e devem ser analisadas nesta perspectiva.

Uberlândia: entre o ouro e a miséria

Numa análise qualitativa das matérias encontradas nos jornais *Correio de Uberlândia* e *O Repórter* (entrevistas, notas, artigos, reportagens, crônicas, discursos, etc.) percebe-se claramente uma Uberlândia não homogênea. É como se “múltiplas Uberlândias” se

postassem frente aos olhos do leitor. “Uberlândias” que em alguns momentos se unem em torno de uma dada representação e, em outros, a contradizem claramente.

A mesma cidade moderna, desenvolvida, progressista, a “metrópole do interior”, a cidade dos arranha-céus, era também uma cidade com sérios problemas no abastecimento de água e energia elétrica, tanto da população em geral quanto da indústria e comércio, e também nos setores de saúde, educação, escoamento da produção agrícola (transportes e estradas de rodagem), e até mendicância. Aí se mostra “outra” Uberlândia, antagônica à primeira, palco inclusive de uma manifestação social denominada “quebra-quebra”, no ano de 1959.

Porém, o que mais se destaca no conteúdo desses jornais é que a política desenvolvimentista havia encontrado terreno fértil em Uberlândia, florescendo em toda sua plenitude no

final da década de 50 e início de 60. Afinal, era isso o que a imprensa local atestava em suas matérias, onde a cidade era retratada como um símbolo vivo da concretização do desenvolvimento, do progresso e da ordem:

“(…) Todas as cidades do Triângulo foram contempladas com alguma coisa de acordo com a sua maior ou menor necessidade e possibilidade.

Entre elas salientamos, em particular, a nossa querida cidade de Uberlândia que recebeu do governo empreendimentos cujo montante alcançou a CR\$ 72.200.000,00 (setenta e dois milhões e duzentos mil cruzeiros).

(…) Os 42 milhões se referem à construção da célebre e mais do que necessária estrada Uberlândia-Ituiutaba ao Canal de São Simão onde se está erguendo mais uma bela e majestosa cidade. Os 30 milhões se referem como já é do conhecimento de todos, ao abastecimento de água de nossa cidade. São estes, portanto, alguns dos empreendimentos efetuados pelo Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira em prol de nosso município.” (O REPÓRTER, 01/08/52, p.01)

Inseridos neste movimento geral de planificação, os municípios mineiros, particularmente na região do Triângulo Mineiro, também adotaram políticas

voltadas para o desenvolvimento e a modernização. Em Uberlândia, desde a segunda metade dos anos 50, os segmentos dominantes locais investem no projeto de criação de um pólo industrial na cidade, de modo a inserir o município no projeto de industrialização de Minas Gerais. Em 1959, foi criada a “Comissão Permanente de Defesa dos Interesses de Uberlândia”, transformada, em 1963, no “Conselho de Implantação, Administração e Planejamento Industrial de Uberlândia”.

Também a ACIUB, (num primeiro momento denominada ACIAPU – Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia – e a partir de 1969, quando lhe é tirado da razão social o termo Agropecuária, ACIUB – Associação Comercial e Industrial de Uberlândia), se colocava como importante porta-voz dos interesses “da cidade”.

O projeto desenvolvimentista que se viabiliza no governo de Juscelino

Kubitschek, e os pressupostos no qual ele se apóia, identificam-se plenamente com o pensamento, os interesses e as aspirações do empresariado local.

Cúmplice na formulação do imaginário de Uberlândia enquanto uma cidade moderna, progressista e ordeira, a ACIUB coloca-se à frente de vários empreendimentos que procuram viabilizar o desenvolvimento da cidade: seja a instalação do Corpo de Bombeiros, o asfaltamento de uma rodovia, nos assuntos de segurança pública, educação, saúde ou até nas políticas de abastecimento de água e energia.

Tendo as atas desta associação como documentos de nossa análise, podemos perceber a sua atuação em diferentes frentes. Logo, o processo de industrialização, que se efetiva em Uberlândia, não foi um projeto regido por forças impessoais da economia e não ocorreu simplesmente por sua localização estratégica. Num diálogo

constante com os políticos nacionais e locais, os segmentos que formavam a ACIUB tiveram um papel preponderante nas ações que propiciaram a implantação de uma infra-estrutura capaz de sustentar o projeto político desenvolvimentista em Uberlândia. Segue alguns trechos que comprovam tal afirmativa:

“(...)Conforme mencionamos acima, uma comissão composta dos Srs. Tubal Vilela da Silva, Prefeito Municipal, Alexandrino Garcia, Presidente desta Associação, José Rezende Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal de Uberlândia, e Nicomedes Alves dos Santos, Presidente da Sociedade Rural, foi à Capital da República para tratar de assuntos de grande importância para o município e para a região. Os assuntos em pauta eram: 1º obter do governo autorização em favor da Companhia Prada de Eletricidade, para a importação de máquinas para ampliação do seu serviço de eletricidade. _ 2º tratar da pavimentação da estrada Uberlândia – Itumbiara para cujo serviço há verba consignada no orçamento federal. _ 3º tratar da fundação da Escola de Agronomia no Município. _ 4º Trabalhar pelo aproveitamento da verba também consignada no orçamento federal para melhoramentos no Aeroporto de Uberlândia”.

(Ata 707, 20/08/53, Livro 12, p.94)

“(...)O Sr. Nelson Velasco propõe a criação, nesta cidade, de um Corpo de Bombeiros, focalizando iniciativa passada e justificando sua proposta com o rápido crescimento da cidade, as grandes construções projetadas e os diversos incêndios ocorridos ultimamente. Aprovada a proposta. (...)”(Ata 886, 22/08/57, Livro 15, p.15)

A imprensa local, por sua vez, cuidava da construção de uma opinião pública favorável aos planos desenvolvimentistas das elites dirigentes, desenvolvendo campanhas, através de inúmeros artigos, em favor da implantação do Distrito Industrial. A exemplo, segue matéria do *Correio de Uberlândia* (18/12/64, p.01) onde o “sonho” da industrialização aparece como fato concreto, resultado do dinamismo de uma cidade que tem como objetivo o progresso:

“ Há pouco tempo não passava de um sonho, no qual muitos não acreditavam, verdade seja dita. A cidade industrial existe. Uma idéia arrojada. Quase incrível. Mas dentro do espírito uberlandense, de acordo com a dinâmica do trabalho dos bandeirantes desta grande terra.

Uberlândia é uma cidade sem fronteiras. Para a

dinâmica do seu progresso inexistia a palavra impossível e já está sobejamente provado que a cidade até agora só não conseguiu o que não quis. A cidade industrial funcionará em 1965”.

Nessa “Cidade-Jardim”, termo pelo qual a cidade era conhecida neste período, tudo lembrava a novo, o moderno, inclusive o padrão das construções civis. As construções mais antigas, embora tenham se destacado em tempos anteriores, já não correspondiam mais às exigências do progresso, contrapondo este com as tradições municipais. A demolição de um prédio localizado na Avenida Floriano Peixoto, uma das mais importantes da época, é motivo para que o jornal fizesse apologia do novo como sinônimo das transformações positivas advindas deste progresso:

“A Avenida Floriano Peixoto, a segunda via pública comercialmente falando, não podia permanecer com aquele edifício antiquado ocupando um terreno que se presta para uma construção predial de três andares, como o que lhe está fronteiro. E assim a picareta dos operários concluiu a sua demolição quando estas linhas

estiverem sendo lidas em letras de forma.

Outros prédios semelhantes _poucos embora _ ainda existem pela cidade, inclusive na Avenida Afonso Pena, que foi a pioneira da nossa civilização e que hoje já vai perdendo para outras no aspecto arquitetônico. Parece que teimam em lembrar a fisionomia de antanho, quando não havia calçamento e as lojas não tinham vitrinas nem portas de aço. A seu tempo, porém, terão que sofrer a queda, cumprindo a lei da fatalidade ou da sucessão, que substitue os homens por outros homens, as casas por outras casas, as cidades por outras cidades e até as idéias por outras idéias...” (Correio de Uberlândia, 15/01/53, p.01)

O progresso tem seu preço, onde tudo que lembra o velho e o arcaico vai perdendo seu lugar. A própria história de Uberlândia precisava ser modificada, usando-se para isso o controle sobre a memória espacial da cidade.

Vista como a região onde a crise econômica não se estabelecia, ao contrário de outras, Uberlândia era apresentada como a cidade que mais crescia no interior de Minas Gerais, que, numa “marcha ciclópica para o progresso” se assemelhava a uma futura capital:

“Cidade nova, de traçado bonito, plantada em pleno sertão, longe do mar como quê, Uberlândia é, indiscutivelmente, a cidade que mais cresce e desenvolve no interior de Minas Gerais. Os fatores que contribuem para o seu desenvolvimento, talvez estejam mesmo ligados à quantidade de forasteiros que por aqui existe, em geral gente dinâmica, progressista e dotada de força de vontade realmente notável. Uberlândia, a cidade-menina, continua crescendo. Novas ruas surgem onde há pouco era campo. Construções arrojadas. Comércio intensíssimo (o maior do Triângulo e do Brasil-Central), belíssimas vias públicas, notável clima quente durante o dia com rajadas frescas durante a tarde e a noite.” (Correio de Uberlândia, 22/01/56, p.05)

“O Uberlândia-Clube, o novo e moderníssimo aeroporto e a estrada asfaltada são três novos e expressivos triunfos obtidos por essa cidade-dinamo que dia-a-dia mais se agiganta em direção a um luminoso porvir”. (Correio de Uberlândia, 27/01/57,p.01)

“É para nós confortador levar a todos os quadrantes do Brasil a impressão que todo visitante faz de Uberlândia. Por mais bairrista que seja o visitante, sempre nos é agradável dizer que Uberlândia é sem dúvida a primeira cidade do interior de Minas.

Seu aspecto urbanístico, suas linhas de cidade moderna, seu punjante crescimento, a

hospitalidade de seu povo, atestam de sobejo a grandeza e a imponência desta metrópole. As palavras de entusiasmo dos visitantes de nossa Uberlândia são o incentivo maior para o nosso povo”.(Correio de Uberlândia, 09/07/57, p.02)

Assim, procura-se, por meio da imprensa, construir uma opinião pública favorável aos planos desenvolvimentistas das elites dirigentes. Em seus artigos, a imprensa retrata a industrialização como um fato concreto, resultado do dinamismo de uma cidade que tem como pedra angular o progresso. Este viria para beneficiar a toda população, era, na verdade, resposta aos anseios do próprio “povo”. E os políticos locais, via de regra, eram os responsáveis pela realização desse sonho dourado da “cidade jardim”.

Outra característica da política local é a grande assimilação da prática do planejamento. Isso fica mais explícito nessa publicação:

“Um dos mais destacados vereadores da edilidade cidadina em palestra com a reportagem, informou-nos que já estudou para pôr em prática em Uberlândia, um “Plano de Metas” do

desenvolvimento da cidade em todos os sentidos, tendo por base os planos idênticos elaborados no governo JK e em São Paulo, coroados no mais expressivo sucesso.

O “Plano de Metas do Desenvolvimento de Uberlândia”, abrangerá todos os nossos setores de atividades.” (Correio de Uberlândia, 15/01/61, p.01)

Essa temática do planejamento como caminho para o progresso já havia sido tratada no Congresso Industrial Regional de Desenvolvimento, realizado em Uberlândia, a 17 de julho de 1959. Nele ficava explícita essa preocupação, vista nos itens que compunham o seu programa:

1- Criação da Cidade Industrial; 2- Planejamento Industrial; 3- Energia; 4- Transportes, Comunicações, Armazenagem; 5- Financiamento; 6- Benefícios do Poder Público à Região; 7- Arregimentação da Iniciativa Particular.

Mostra-se aí a legitimação do discurso desenvolvimentista de JK, através do planejamento e dos objetivos comuns traçados. Certamente, não é por acaso a semelhança com o Plano de Metas.

Percebe-se também que o projeto de uma rápida modernização não é acompanhado por preocupações na área social. A exemplo, esta área não é contemplada em nenhuma das pautas mencionadas acima.

Mas, ao lado dessa Uberlândia majestosa, percebe-se que, mesmo respaldando o discurso oficial e assimilando e defendendo o projeto desenvolvimentista, a imprensa deixa aflorar, através de reportagens noticiando os problemas sociais da época, uma “outra” Uberlândia menos bela.

Notadamente aparecem dois problemas que marcaram a cidade durante todo o período estudado. Problemas esses que não atingem somente a população em geral, mas também, como já foi dito anteriormente, a indústria e ao comércio. Na “Cidade-Luz”, falta água e falta luz. Isso denota que o tão proclamado crescimento de Uberlândia, o tão exacerbado progresso, tem algumas lacunas difíceis de esconder:

“Prodigiosa e vertiginosamente cresce Uberlândia.

Seguindo a marcha do tempo, num ritmo compassado de se desenvolver e progredir, Uberlândia já não é aquela cidade de 15 ou 20 anos atrás, que se limitava a ser uma pequena cidade do “sertão de Minas”; não, Uberlândia hoje é uma das primeiras cidades do estado de Minas Gerais, é uma força e uma potência de todo o Brasil. De Uberlândia saem produtos para todo o país. Uberlândia é o “dispensário de Minas”; tirando esse “dispensário” Minas perderá uma das maiores, senão a maior fonte de riqueza que possui. Porém, nem tudo pode seguir a marcha acelerada do progresso. As ruas se modificaram, casas novas se edificaram, fizeram-se jardins, criaram-se indústrias, enfim Uberlândia cresceu. Mas o abastecimento de água de 15 anos atrás já não é suficiente para hoje. A população cresceu e com esse crescimento, com esse aumento de casas e indústrias, a água começou a diminuir até faltar. E hoje nós estamos em face de um problema verdadeiramente desolador. Um problema que está merecendo atenções especiais de nosso prefeito. O problema do abastecimento de água. Porque se esse problema não for resolvido agora, a situação tornar-se-á cada vez pior e Uberlândia terá por força que decair.

Faltando água, faltará a criação, a lavoura, e

isto é a principal fonte de riqueza de Uberlândia.” (O Repórter, 18/10/51, p.02)

“Mais uma vez voltamos ao assunto da falta de energia elétrica e água na cidade. E voltaremos tantas vezes quanto precisar. Até que, ao menos, uma solução apareça para o doloroso drama da população uberlandense, amargando tristemente o racionamento de luz e a falta d’água até mesmo para as mais mezinhas necessidades.

Somos dos que acreditam que existe um culpado para este estado de coisas, além das condições naturais.

A Prada acusa. O Prefeito joga para cima da Prada a responsabilidade pelo racionamento (de água e luz) enquanto o povo paga contas de luz e simultaneamente torna-se contribuinte do “Abade Moss” ou de outras indústrias de parafina e “espamacete”.

(...)

Até quando vai perdurar este absurdo racionamento de água e luz? Quando a população aflita verá água jorrando e luz e energia?

Quando é que as indústrias voltarão a funcionar, deixando de levar prejuízos?

Quando, srs. Responsáveis, Uberlândia voltará a ostentar aquele seu grato título de “Cidade do gás neon?”” (Correio de Uberlândia, 01/05/56, p.01)

Outros dois problemas, que afetavam diretamente a economia

regional, eram os de transporte e as condições das estradas. Segundo os jornais por nós pesquisados, para se chegar até aqui, era preciso lidar com as péssimas condições das estradas e transportes, que em muito comprometiam a distribuição das safras do Triângulo Mineiro para outros centros do país:

“As estradas que ligam as cidades do Triângulo Mineiro encontram-se em péssimo estado. Eis um lugar comum repetido diariamente por dezenas de jornais e outro tanto de emissoras. Com efeito, o Triângulo Mineiro vai se habituando a ter verdadeiras “carreiras” por estradas de rodagem e também a reclamar sem obter solução, fazendo com que expressões antes de grande importância, passe para o dicionário popular dos lugares comuns da imprensa triangulina.

Porém, o que é mais doloroso, o que é pior, o que nos entristece mais, é a série de prejuízos que essas estradas abandonadas à mercê dos próprios destinos, vão dar às safras deste ano, condenadas que estão a encontrar dificuldades em serem transportadas do local de embarque, do lugar em que foram colhidas para os centros maiores.” (Correio de Uberlândia, 01/05/56, p.01)

Nesses aspectos, o governo J.K

em Minas Gerais, tão aclamado nestes mesmos jornais, já se mostra ineficiente, causando descontentamento e recebendo críticas diretas em relação ao seu famoso binômio Energia-Transportes.

Também o alto custo de vida e a carestia são denunciados, mostrando que, para a grande maioria da população, o desenvolvimentismo não havia conseguido resolver problemas básicos, como o da fome, e sim agravado as já precárias condições de vida:

“Até hoje por maiores que sejam as promessas, nada de positivo foi feito pelos governantes para combater a carestia desenfreada que assola o país. As classes sociais menos favorecidas já não suportam a ganância irrefreável dos especuladores em entranhas. Os preços continuam subindo e nada indica que teremos em breve uma mudança para melhorar a situação atual. Novos aumentos estão sendo esperados, para dentro de pouco tempo, muito embora tanto se fale numa campanha cerrada contra a onda aumentista.

Não se pode prever até onde virá o Brasil nessa marcha acelerada para o abismo.(...)” (Correio de Uberlândia, 01/02/62, p.08)

“Segundo Pesquisa realizada pelo serviço de

estatística do ministério do trabalho em Uberlândia, a pedido do sindicato dos empregados no comércio, no período de abril de 62 a abril de 63, o custo de vida nesta cidade subiu 79,30 por cento quase atingindo, pois, a marca dos 80 por cento. A estatística é fria e demonstra claramente a incrível corrida altista.” (Correio de Uberlândia, 08/06/63, p.01)

Também as precárias condições de moradia e de atendimento à saúde aparecem, denunciando outras lacunas nos projetos desenvolvimentistas. As reportagens acusam a falta de habitações para a população de baixa renda e a ausência de uma política de saúde capaz de fornecer médicos, laboratórios e remédios aos doentes pobres da região.

Por último, há algo que, em todo o período, parece incomodar muito a elite uberlandense. Algo que parecia desmentir a “Cidade-Jardim”, tirando-lhe o brilho e a majestade: a questão do menor nas ruas e a mendicância.

É interessante observar como o jornal *Correio de Uberlândia* se porta perante esta questão. Na reportagem do dia 04/09/55 ele afirma, se reportando à

questão da mendicância:

“Felizmente, não é só Uberlândia que possui mendigos. Mas, mesmo assim, levando-se em conta a extensão de nosso parque de instituições de assistência social, ele deveriam ser em muito menor número.

O Sábado, por exemplo, é o dia em que, de uma forma geral os que negociam recebem dinheiro, funcionários fazem seus vales e, enfim, todos têm algum dinheiro no bolso. E é também justamente o dia em que os que não o possuem, vão à rua mendigá-lo. Sábado é dia de pedir esmolas, dizem eles e raramente se enganam, porque a coleta é das melhores.

(...)

Neste caso, somente a autoridade policial, muito digna e bem representada pelo honrado delegado dr. Diniz Camargo, poderá fazer a necessária limpeza na mendicância que tanto depõe contra os foros de civilização de uma cidade.” (Correio de Uberlândia, 04/09/55, p.06)

Logo em seguida, do dia 16/10/55, o mesmo jornal mostra como o problema da mendicância infantil foi resolvido:

“(…)

A generosidade nunca desmentida do povo de Uberlândia soube criar um conjunto de Instituições capazes de fazer desaparecer de vez o problema das crianças pedinchonas ou dos meninos vagabundos.

É com a natural euforia que proclamamos então, que o problema da mendicância infantil é superado na Cidade-Jardim, uma vez que as nossas instituições de amparo (o Patronato, por exemplo) tem capacidade suficiente para solver o angustioso problema.” (Correio de Uberlândia, 16/10/55, p.06)

E, nas reportagens seguintes, o problema aparece novamente, desmentindo a suposta solução anunciada na reportagem anterior. É importante ainda colocar a dificuldade de separar, nas reportagens, a questão do menor da mendicância, pois há mendigos adultos e também menores.

“Quem passa pela Avenida Afonso Pena, imagina uma Coréia ou uma China arrasada, em pleno Brasil, tal a quantidade de mendigos sentados pelas portas de casas comerciais, bancos e pelos passeios de nossa principal avenida.

É realmente de estarrecer o quadro que se nos apresenta. Nos cafês da cidade, meninos que bem poderiam servir de boys de escritórios ou casas comerciais, assaltam aos que procuram a rubiácea brasileira. Um quadro verdadeiramente apocalíptico, o de mulheres que bem poderiam servir como domésticas e que vivem de “uma esmola pelo amor de Deus”.

Homens fortes, que simulam doenças, atentam

contra o conceito de nossa cidade conhecida por todos os cantos do país, como cidade de homens progressistas e honestos.

Tudo isso, sob a complacência de nossas autoridades, executivas e policiais, que nada fazem para sanar um problema de suma gravidade.” (Correio de Uberlândia, 25/10/55, p.06)

Um aspecto importante é que nem sempre os jornais estabelecem uma relação entre os problemas apontados e as possíveis falhas e lacunas do “progresso” que chegara definitivamente a Uberlândia. Muitas vezes, aparecem como notícias cotidianas, retratadas como outras notícias quaisquer.

No entanto, em 1959, no auge da carestia e do alto custo de vida (mas esse era um preço pequeno a pagar, tamanha as benesses do progresso), Uberlândia é palco de um quebra-quebra onde a ordem social é contestada, pondo à prova a proposta desenvolvimentista e escancarando seus limites, a partir do momento em que esta não é capaz de inserir grande parte da população na era modernizante.

O Jornal *Correio de Uberlândia*

(22/01/59, p.01) assim retratou o episódio:

“De domingo para segunda a cidade adormeceu apreensiva. Comércio não se abriu, pois informaram que o Mercado Municipal seria depredado e saqueado pela multidão enfurecida (note-se menores de 10 a 15 anos iam à frente) com os preços extorsivos cobrados pelos comerciantes daquele próprio municipal. A polícia uberlandense foi guardar o local. Juntou multidão em frente. As “Lurdinhas” foram apontadas para o povo. Para meninos e para senhoras carregando crianças. Murmúrio partiu da multidão. Qualquer coisa parecida com “Quebra! Quebra!” A polícia concentrou a máxima atenção na cena. Exatamente naquele instante, outro grupo assaltava a máquina de arroz de Messias Pedreiro. Assaltava com extrema violência, saqueando tudo, roubando, incendiando, destruindo. A polícia não pôde agir, pois guardava o mercado”.

Assim, o que começara como um protesto ao aumento abusivo dos preços do cinema, que saltara de 18 a 30 cruzeiros, transformara-se em algo maior: um protesto contra as péssimas condições de vida de uma grande parcela da população que não fora incluída nos benefícios dessa modernização. Porém, nem mesmo esse protesto parece ter sido

compreendido e retratado em sua verdadeira significação:

“ O material arrancado aos cinemas era trazido para a rua, entre gritos, e incendiado sobre o asfalto. Perigosas fogueiras erguiam chamas para o alto, enquanto a multidão bradava. Inúteis foram os pedidos de calma. Inúteis todas as intervenções. Uma multidão enfurecida (não se sabe por que) destruía tudo.” (Correio de Uberlândia, 22/01/59,p.01)

Essa “multidão enfurecida” protestava talvez contra o sonho utópico da “Cidade Jardim”, que, sabiam, não solucionaria seus problemas e nem os elegeria a participar dos caminhos da cidadania. Entre “o ouro e a miséria”, somente esta última lhes cabia.

Dessa forma, a “Cidade Jardim” agora envergonhava-se da mancha negra que o “quebra-quebra” impingira à sua história, até esse momento tão bem conduzida pela ótica otimista do progresso.

“Uberlândia e seu povo não mereciam uma tão infeliz propaganda. Os responsáveis pelo fato, porque responsáveis devem existir, deram prova do desprezo e da falta de amor a esta cidade

acolhedora e pródiga.

Outra é a civilização do uberlandense, tão afeito ao trabalho, ao progresso, ao respeito pelo próximo”. (Correio de Uberlândia, 15/02/59, p.04)

O paradoxo se expunha em todas as suas faces. Quebrara-se a imagem que então tentava-se cristalizar da pacata, progressista e ordeira Uberlândia.

O Triângulo Mineiro na rota da interiorização da Capital Federal.

Pelas publicações analisadas nos jornais *Correio de Uberlândia* e *O Repórter* percebemos que o tema da transferência da Capital Federal sempre foi assunto de primeira importância na imprensa de Uberlândia. Pois, desde o início dos debates que se dão em torno da proposta de construção de Brasília, a imprensa local se mostra atenta ao assunto, até porquê era Uberlândia uma das possíveis localidades cogitadas para sediar a nova capital.

A importância de recuperar as representações construídas pela imprensa

uberlandense em torno da construção de uma nova Capital Federal, Brasília, se justifica por ser esta a meta-síntese do plano de governo de JK, símbolo máximo de seu projeto desenvolvimentista, tendo também reflexos na trajetória dos vários municípios mineiros, percebidos inclusive no início da década de 60, na ênfase dos governos municipais à busca do progresso.

Um ponto de concordância entre os dois jornais analisados é a necessidade de interiorizar a Capital, transferindo-a do Rio de Janeiro para outra localidade, propagando o progresso a partir do interior do país, fortalecendo a economia e afastando o maior centro político do país do litoral, onde este se mostrava frágil a possíveis ataques em casos de guerras. Assim, a imprensa local também faz apologia da nova capital federal, ao lado de críticas setoriais aos gastos governamentais, à corrupção e à inflação que marcaram o período

Kubitschek.

“Sob o título “A Mudança da Capital da República e suas repercussões na vida nacional”, o deputado federal pela UDN de Goiás, dr. Jales Machado, editou um folheto do seu discurso pronunciado nas sessões de 18 e 19 de Outubro p.p., na Câmara, e publicado no “Diário do Congresso” em 22 do mesmo mês.

É o trabalho mais completo e mais convincente que conhecemos sobre o momentoso problema: a interiorização da Capital do Brasil.

A solução para que se salve a economia nacional, - aponta-a o parlamentar, - é a mudança da Capital para o centro geográfico do país. Usemos as suas próprias expressões: “O progresso de um país se propaga a partir de seu centro propulsor, sua capital, semelhantemente ao modo como se propagam as ondas líquidas de um lago, em torno de um ponto, onde se desfechou um movimento vibratório, isto é, em todas as direções. Se a propagação é provocada no centro do lago, cobre o máximo da área, com o máximo de intensidade”. (Correio de Uberlândia, 10/01/50, p.01)

Alguns mais entusiastas insistiam na possibilidade de Uberlândia ser esta nova capital. Afinal, se tratava de uma cidade do interior, mas em perfeitas

condições de acomodar o maior centro político do país.

“ Como constituinte de 45, foi o sr. Daniel de Carvalho uma das vozes que se levantaram em prol da imediata interiorização da Capital Federal, a ponto de, para precisar a urgência da medida, haver sugerido que ainda em caráter precário, se transferisse o Governo para Uberlândia.

Já em 45 frisa o sr, Daniel de Carvalho considerava urgentíssimo o problema da transferência. E as razões que, ao meu ver, militavam em favor da solução por mim oferecida eram e continuam a ser as seguintes: Uberlândia está na fronteira do Brasil econômico com a parte do nosso território ainda sub-desenvolvido; a cidade triangulina oferece condições para imediatamente receber a sede do Governo: dispões de prédios para acomodação provisória da administração federal e, a o lado dela, existe vasta planície, em que poderia ser construída a Capital definitiva”. (Correio de Uberlândia, 15/04/53, p.01)

Mas, escolhido definitivamente o Planalto Central como sede da nova capital, algumas vozes se levantam contra os rumos que tomam esse projeto: “A todos os democratas, a todos os defensores das liberdades públicas, peço cuidado com Brasília.

O que me preocupa não é especialmente o surdo dinheiro que estão gastando a jato para efetuar a construção da futura capital.

Embora se trate de cento e cinquenta bilhões de cruzeiros, tirados às urgências de outros interesses fundamentais da vida brasileira, não será dinheiro totalmente perdido. Alguma coisa ficará.

São outros, e muito mais graves, os motivos de minhas inquietações, quando vejo o nosso simpático presidente afundado no empenho de terminar o seu governo no planalto central.

A angústia está na ação de um governo, Executivo e Legislativo, agindo solto naquelas distâncias, sem a mínima pressão da opinião pública, toda ela organizada no litoral.

Imaginem que coisas absurdas não serão votadas e sancionadas, e que desastres não vão sair para o Brasil do trabalho silencioso, cômodo e livre dos negociastas em Brasília!” (Correio de Uberlândia, 15/01/57, p.06)

Porém, mesmo o Triângulo Mineiro não sendo escolhido para a nova capital, os jornais não omitem os benefícios recebidos por esta região, como ponto de ligação da Capital Federal com outros estados, especialmente São Paulo.

Assim, mesmo que haja algumas vozes discordantes, o que predomina é o clima de entusiasmo e euforia em torno do maior símbolo do “sucesso” da proposta desenvolvimentista:

“A construção de Brasília, inegavelmente trará à nossa região, mesmo antes que Brasília se torne realidade, incomensuráveis benefícios. As vistas do governo federal se acham voltadas para todo o Brasil Central, especialmente para o Triângulo Mineiro por onde passam as estradas, que se tornarão rodovias, que colocarão Brasília em ligação com São Paulo e Santos, sendo esta última cidade o porto de mar importante que mais perto estará da futura capital brasileira.(...)”. (Correio de Uberlândia, 28/04/57, p.01)

A análise do significado da nova capital no imaginário da população em Uberlândia, e das representações que se constroem à medida que ela vai sendo divulgada na imprensa nacional como símbolo de uma nova era, de um “novo Brasil”, nos leva a perceber como a construção de Brasília veio reforçar a imagem de Uberlândia enquanto uma terra fértil e propícia a grandes empreendimentos, agora entreposto

comercial capaz de ligar as diversas regiões deste Brasil-Central.

Em todas as análises aqui formuladas, a partir do levantamento dos jornais e das atas da ACIUB, percebe-se um grande sujeito ausente: a população da cidade, principalmente os trabalhadores, ou o cidadão comum, cujas expectativas não

estão registradas nestes documentos, a não ser de forma indireta.

Considerando a necessidade de pensar essa cidade nos anos 50 a 70, a partir de sua diversidade, outros suportes documentais e outras reflexões poderão nos apontar novos caminhos até aqui não explorados.

Bibliografia

- ALMEIDA, Maria de Fátima Ramos. **Uberlândia Operária?** –Uma abordagem sobre as relações sociais em Uberlândia - 1950 a 1964. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1992. (dissertação de mestrado).
- CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino**. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo. Editora Alfa-Ômega. São Paulo, 1980.
- CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco. **Conciliação, Reforma e Resistência:** governo, empresários e trabalhadores em Minas Gerais nos anos 50. São Paulo: Universidade d e São Paulo, 1998. (tese de doutorado)
- FIORIN, José Luíz. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Ática, 1990.
- FONTES , Paulo. “ Centenas de estopins acesos ao mesmo tempo – a greve dos 400 mil, piquetes e a organização dos trabalhadores em São Paulo (1957)”. In: FORTES, Alexandre e outros. **Na luta por direitos**. Estudos Recentes em História Social do Trabalho. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999, p. 87-121.
- GOMES, Ângela de Castro. “Trabalhismo e Corporativismo”. In: **A Invenção do trabalhismo**. 2. ed., Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994.

- KUBITSCHECK, Juscelino. **Por Que Construí Brasília.** Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1975.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta P. “Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK (1956-1960). In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **O Brasil de JK.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1991.
- MACHADO, Maria Clara T.. **A disciplinarização da pobreza na sociedade burguesa: assistência social e institucionalizada _ Uberlândia 1965-1980.** São Paulo: USP/FFLCH. Dissertação (Mestrado). 1990.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Brasília: A Construção da Nacionalidade: um meio para muitos fins (1956-1961) .** Vitória: EDUFES, 1998.
- RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. **Nas Sendas do Progresso: Trabalho e Disciplina Uberlândia, um percurso Histórico.** Cadernos de História. Uberlândia: EDUFU, v.4, nº 4, p.9-16, Jan, 1993.
- TREVISAN, Maria José. **50 anos em 5.** A FIESP e o Desenvolvimentismo. Petrópolis: Vozes., 1986.
- VASCONCELLOS, Maria Helena Falcão. **Dias de violência: _O Quebra.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.
- VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo & outras. **A Pesquisa em História.** Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 1985.
- _____. Imprensa como fonte para a pesquisa histórica. **Projeto História.** Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. São Paulo: PUC, n ° 3, 1984, pág. 49
- ZIEMAN, Renée Barata. **História através da Imprensa –** Algumas considerações metodológicas. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. São Paulo: PUC, n ° 4, junho/85.